

Regina Xavier¹

Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação, de Frederick Cooper et al²

O livro *Além da Escravidão* é o resultado de um trabalho de pesquisa e docência iniciado nos idos anos 1970, por Frederick Cooper e Thomas Holt, a quem se uniu, na década seguinte, Rebecca Scott. O que primeiro chama a atenção é a qualidade da interlocução destes autores e a longevidade deste diálogo que contou, ainda, com a realização de conferências e seminários conjuntos, além de diversos apoios institucionais. O livro é proveniente desta reflexão aprofundada e coloca em relevo a necessidade de trabalhos comparativos para o amadurecimento dos debates sobre as sociedades no pós-emancipação. Neste sentido, é louvável a iniciativa do editor brasileiro, que soma à edição original um rico prefácio de Hebe Mattos.

Thomas Holt, em obra anterior³, já havia analisado o processo de emancipação na Jamaica. No presente artigo, o autor prossegue o debate ao propor uma questão fundamental: o que significou para as comunidades escravas da Jamaica a passagem para a chamada sociedade livre? O autor demonstra que houve,

¹ Doutora em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora da Universidade Federal do Rio Grando do Sul (UFRGS). <regx@uol.com.br>

² COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 346 p. ISBN 85-200-0669-8

³ Holt, T. *The Problem of Freedom: Race, Labor, Politics in Jamaica and Britain (1832-1939)*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1992.

no princípio, iniciativas que buscaram coibir formas de discriminação racial nas leis coloniais e uma defesa da igualdade civil e política. Constata, a seguir, que esta perspectiva iria recuar, alimentando o debate sobre a necessidade de se restringir os interesses políticos e econômicos dos negros. Como explicar este movimento? Para buscar uma resposta a esta questão, o autor surpreende, pois tece uma análise sobre a definição teórica da ideologia liberal clássica e seus desdobramentos históricos como forma de compreender este processo.

Ao retomar o modelo teórico da sociedade liberal vai, aos poucos, traçando suas contradições internas. Esta ideologia pressupunha igualdade perante a lei, igualdade de condições na disputa por bens e recursos materiais e poder regulador das relações de troca que, por sua vez, construiriam, teoricamente, uma reformulação do próprio papel do Estado. Para que este modelo pudesse vigorar, teria de haver, portanto, em contrapartida, uma esfera pública atuante. A democracia seria resultante deste processo de troca amplo, respaldado pela legitimidade e autoridade desta opinião pública. Embora fosse presumida a “mutualidade” dos interesses fundamentais e a “homogeneidade dos participantes”, havia uma “pré-condição não declarada” desta troca democrática: a necessidade de que seus membros tivessem instrução, propriedade e constituíssem a família conjugal patriarcal. Isto implicava exclusões sistemáticas dos despossuídos da esfera pública - como forma de proteger a ordem social. A contradição teórica desta ideologia assim exposta pelo autor auxilia a compreensão dos avanços e recuos históricos observados na Jamaica.

Para enfrentar as questões colocadas pela emancipação, segundo Holt, apostou-se na construção de uma réplica da sociedade burguesa européia na Jamaica. Isto implicava, por sua vez, a obrigatoriedade de trabalho regular dos libertos nas *plantations*, como forma de acumular bens materiais e de criar uma rede de dependentes ao retirar do processo produtivo suas mulheres e filhos. Mas, na dúvida sobre a adesão dos libertos a este modelo, assim como sobre sua vocação para o assalariamento, buscou-se limitar seu acesso à terra. Devia-se, ainda, aprimorá-lo segundo os princípios da economia política burguesa. Daí os discursos, nunca realmente concretizados, sobre a educação industrial dos libertos. Desde este momento inicial, com seus avanços e recuos, já se explicitava a

contradição inerente a tal modelo de governo democrático, uma vez que sua manutenção era garantida pelas desigualdades econômicas e sociais. A idéia de “mutualidade” ou a “homogeneidade de seus participantes” esvaía-se nos conflitos e disputas em torno do acesso aos recursos e na definição de direitos sociais. A persistência do ideal europeu de sociedade serviu, a seu turno, ainda segundo o autor, para construir ideologicamente seu oposto: a idéia de selvageria africana que terminou por justificar discursos racistas, ataques à ética de trabalho do negro, a sua sexualidade, a sua própria capacidade de agir na sociedade civil.

O autor, ao discutir conceitos como democracia e cidadania, mostra não apenas suas contradições teóricas, mas, como na história, significou formas de exclusão. Para os libertos jamaicanos, o “além da escravidão” não representou uma adesão às ideologias democráticas liberais, mas a busca de caminhos alternativos. Para Holt, isto resultou em uma dupla tragédia: a restrição de seu espaço político e social necessário para a construção desta via alternativa e a abertura de um espaço para a construção do racismo.

Rebecca Scott, por sua vez, propõe em seu artigo uma análise comparativa enfocando a experiência do pós-emancipação em locais como Louisiana e Cuba. A autora recupera as disputas em torno da definição de um padrão de produção como forma de compreender as possibilidades de ação coletiva e, por fim, a relação que esta ação teve na configuração das relações de classe. A autora analisa estas duas sociedades — produtoras de açúcar — enfocando, em primeiro lugar, a organização do trabalho.

Na Louisiana, ex-senhores e o Estado iriam aliar-se contra os libertos na tentativa de impor o trabalho assalariado para a produção comercial. Os libertos, por sua vez, lutaram pelo acesso à terra, para que pudessem cultivar alimentos etc. No período da reconstrução, ao tecerem uma frágil aliança com o Partido Republicano, conquistariam certa margem de atuação política que viriam a perder no período posterior. Seus movimentos pela reforma agrária e seus projetos alternativos para a organização da produção chocaram-se contra a resistência dos brancos. No fim do período da reconstrução, houve uma luta acirrada por melhores salários, com a organização importante de greves. No embate, estes

movimentos logo foram reinterpretados em termos raciais. O resultado destes conflitos em torno da produção e da organização dos trabalhadores foi a criação de uma linha de cor binária⁴, altamente politizada, que obscureceu as relações interétnicas no interior das lutas destes trabalhadores, associando o trabalho nos canaviais aos negros. A supressão do voto seria mais um passo neste processo de negação da cidadania. A dominação de classe, associada à questão racial, constituiu-se como base da dominação política.

A análise da autora, ao esmiuçar o processo de construção de um modelo binário de cor, tem o mérito de explicar que, na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, não havia uma oposição natural entre brancos e negros. A segregação e o racismo precisam, portanto, ser explicados na compreensão do processo histórico.

No caso de Cuba, também houve tentativas de controlar o trabalho por meio da imposição do sistema de aprendizado por parte do parlamento espanhol. Mas com a resistência dos libertos e a mudança para o sistema de trabalho livre, houve uma expansão do colonato. A força de trabalho passou a se organizar em bases interétnicas. Na guerra de independência reivindicava-se, por sua vez, uma liberdade e nacionalidade cubana e, apesar de suas diferenças internas, não se expressava em termos raciais. Mesmo durante a ocupação norte-americana, a segregação racial e o discurso sobre a degeneração dos mestiços eram-lhe estranhas. Isso não significa que não houvesse formas de racismo. Em torno da organização do trabalho e em suas lutas nacionais, o que não havia era uma experiência de segregação.

O contraste entre estes dois casos permite à autora concluir que raça é um conceito construído e, portanto, que seu significado político variou no tempo e no espaço, tornando historicamente contingente a inclusão ou exclusão dos negros na organização política. O caso de Louisiana, por exemplo, demonstrou o quanto

⁴ Rebeca Scott (2005, p. 163) refere-se ao processo no qual se redefiniram categorias raciais e sociais complexas, criando categorias dicotômicas extremadas, um mundo binário de negros e brancos. Foi o processo no qual a ideologia racial deu forma às relações de classe e estas, por sua vez, deram forma à construção da raça e da política.

a politização de uma linha de cor não foi uma seqüela direta da escravidão nem o resultado necessário da transição para o trabalho livre. A explicação para as diferentes definições de cor (e muitas vezes as diferenças sociais a elas relacionadas) deve ser buscada na compreensão de lutas sociais e políticas historicamente definidas e que não nos remetem, necessariamente, ao período escravista. Estas considerações são profundamente importantes. Elas deslocam o debate sobre a capacidade ou incapacidade de integração dos negros para a necessidade de recuperarem-se lutas políticas específicas. Para o leitor brasileiro e no momento atual, quando tanto se discute sobre a percepção de raça na nossa sociedade e a pertinência de políticas públicas como as cotas raciais, conclusões como estas são instrutivas e qualificam o debate.

Cooper, no último artigo da coletânea, preocupa-se, por fim, com as formas segundo as quais se definiu a mão-de-obra livre na África, recuperando os conflitos em torno da organização do trabalho e da cidadania.

O autor discorre sobre a formação da idéia a respeito da “peculiaridade do africano” – desenvolvida no final do século XVIII e início do XIX. A mão-de-obra livre, como valor acultural e universal, erigia a imagem de um trabalhador europeu idealizado que contrastava radicalmente com o africano. Enquanto o primeiro era disciplinado e optava racionalmente pelas relações de mercado, o segundo tinha hábitos de trabalho peculiares. O que definia o imperialismo progressista do século XIX, segundo o autor, era a idéia de que os africanos precisavam ser supervisionados por um Estado civilizado para que pudessem vir a compreender a racionalidade do mercado. A construção ideológica sobre a África (não civilizada e incapaz de autocontrole) justificava a dominação européia. A idéia de progresso vinha acompanhada pela manutenção da propriedade privada da terra e mão-de-obra assalariada. Este modelo, entretanto, chocou-se com as aspirações dos africanos que lutaram para manter sua agricultura de subsistência e resistiram aos contratos de trabalho. O sistema ideal de trabalho assalariado e disciplinado, tão perseguido pelas autoridades européias, demonstrou ali seus limites. A incapacidade deles de impor a disciplina do tempo do capitalismo europeu foi interpretada, justamente, como explicação da peculiaridade africana.

O autor demonstra em uma rica e detalhada análise sobre diferentes partes da África, que ali persistiram formas diversas

de recrutamento e trabalho forçado no século XX. Em 1930⁵, houve uma tentativa de se definir o que se entendia por trabalho livre, conceito que surgia em contraste com o trabalho forçado. Pressupunha-se, para elaborar esta definição, que o capitalismo já havia se generalizado, superando diferenças culturais, e que os africanos haviam se rendido à idéia do trabalho assalariado. A discussão política do trabalho forçado, desta vez com forte participação dos africanos, acarretaria, no entanto, uma mudança conceitual do pensamento oficial. A idéia da peculiaridade africana foi aos poucos sendo deixada para trás, aproximando-se da definição de classe — com os direitos que lhe são correlatos. Isso não quer dizer, na opinião do autor, que o africano passou a adotar as leis universais do mercado ou que desejasse organizar o trabalho nos moldes europeus. Mas significou que repensaram este modelo dando-lhe outras cores políticas. Se o trabalho livre, assalariado, era uma idéia universal, esta universalidade deveria, a seu turno, garantir seus direitos de classe, tal como os reconheciam na relação com as classes trabalhadoras européias. Isto possibilitou que reivindicassem formas autônomas de organização da produção.

A partir de 1945, foi forçoso reconhecer esta nova realidade e as novas relações trabalhistas. A questão era que a cidadania — como direito universal — configurava-se como um agente de transformação cultural e se fazia acompanhar por debates a respeito da igualdade social. Se a idéia do universal, a princípio, fora usada para a defesa do capitalismo europeu, nas lutas políticas e na história da África, também significou a defesa de interesses específicos dos trabalhadores africanos. Estas categorias foram redefinidas e seus significados construídos no e pelo embate político, social e cultural.

Os autores citados acima tiveram como fio condutor de suas análises a pergunta sobre o que havia “além da escravidão”. A própria formulação da questão levou-os a enfrentar algumas dificuldades teóricas. A primeira delas referiu-se à temporalidade. Se o fim da escravidão marcou um ponto de partida para suas investigações, a extensão do problema, que os levava, a rigor, até os dias atuais, poderia deixar vago o ponto de chegada. Lidar com

⁵ O autor discorreu sobre a Convenção do Trabalho Forçado, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

esta dificuldade de delimitar um recorte temporal implicava por outro lado, dialogar com uma tradição historiográfica que sempre vinculou a não integração dos negros ao racismo e à herança da escravidão. Leitores de Tannenbaum, os autores inspiraram-se em suas propostas ao não buscarem os problemas do presente exclusivamente no passado. Os autores inquietaram-se ao perceber que as perguntas sobre o destino dos ex-escravos raramente abrangiam as sociedades que se formaram no pós-emancipação. Os problemas dos libertos eram seguidamente tributados à escravidão e raramente às formas como se definiu e viveu a liberdade.

À questão temporal, seguiram-se outras. Investigar as sociedades no pós-emancipação levou-os a inquirir, portanto, as categorias que definiam escravidão e liberdade. Por outro lado, evidenciou, no processo histórico, a relação entre abolição, capitalismo, colonialismo e imperialismo. No centro de suas reflexões, está o debate em torno da cidadania. Ele permitiu que os autores aqui citados pudessem delimitar seu objeto, evitando a multiplicação de descrições sobre a pluralidade das experiências relativas ao trabalho ou àquelas das lutas políticas. Investigar os significados da cidadania levou-os a buscar as particularidades destas experiências históricas. Daí o profícuo debate entre autores que pesquisam tempos e espaços tão diferentes entre si: Caribe Britânico, Louisiana, Cuba, África Ocidental Britânica e África Francesa, em diferentes períodos. Tannenbaum, mais uma vez, os havia inspirado ao assinalar a potencialidade dos trabalhos comparativos – revelados de forma exemplar neste livro.

Mas como e quem definia conceitos como o de cidadania? Holt, como vimos, ao propor uma análise teórica dos princípios da democracia liberal, mostra não apenas suas contradições internas, mas, também, como foram apropriadas na história. Como os autores pontuaram na introdução do volume, não se tratou de considerar esta teoria política como um conjunto de princípios traídos pelo colonialismo europeu ou como uma imposição totalitária de suas idéias ao resto do mundo em nome da universalidade. Importou investigar, em casos específicos e dentro de um processo histórico definido, as formas como estas idéias foram apropriadas, inclusive, nas ações políticas coletivas. Esta percepção levou-os a dialogar de forma cautelosa com a chamada “crítica colonial”. Para os autores, não basta refutar os “padrões culturais ocidentais” que orientariam as interpretações sobre a

África, Estados Unidos ou Caribe. Fazê-lo, significaria cair na armadilha de supor que havia significados intrínsecos a estas sociedades, pensadas neste caso, como comunidades coesas. A questão, portanto, não é opor às lentes europeias a singularidade africana, por exemplo, mas perceber que os significados atribuídos à cidadania são tributários do embate de diferentes percepções e vivências que são, portanto, mutáveis, construídos no processo histórico. Daí a idéia de universalidade servir tanto para justificar o colonialismo quanto para refutá-lo, tal como o demonstrou Cooper.

Da mesma forma, a liberdade, longe de ser um “estado natural” apresenta-se ao leitor como uma construção social. A idéia de liberdade, apesar de seu poder intelectual, segundo os autores, não pode ser desvinculada da história da dominação europeia. Todas estas reflexões terminam por nos levar a um inquietante pós-fácio, no qual os autores convidam-nos a um deslocamento. Se antes o recorte temporal parecia indefinido ao empurrar-nos para os dias atuais; se a definição do objeto levou-nos a repensar a relação entre as heranças do passado e as estruturas de dominação erigidas e reproduzidas no presente; se este objeto não se restringe às sociedades escravistas, mas leva-nos às sociedades pós-emancipação em suas diferentes formas, somos desafiados a refletir sobre aquilo que o conceito de cidadania define, tanto sobre suas formas de inclusão quanto de exclusão social — também em nossas sociedades pretensamente livres e globalizadas.

Pelos temas abordados por estes autores, pela fecundidade da reflexão aqui proposta, creio ser leitura essencial não apenas para aqueles dedicados ao estudo das sociedades escravistas e do pós-emancipação, mas para todos que se interessam em compreender melhor o mundo desigual no qual vivemos. É preciso notar, por fim, que muitos dos assuntos aqui tratados dialogam, de muito perto, com a experiência brasileira. Hebe Mattos, ao escrever o prefácio, recupera a importância de Gilberto Freyre e o diálogo possível e necessário de sua obra com um autor como Tannenbaum. Mattos também não se furtou de pontuar a forma como a sociedade brasileira relacionou-se com o ideário liberal e lidou com suas contradições; como adotamos definições raciais que não significaram formas de segregação ou limites estritos à cidadania política dos libertos; como a construção ideológica de raça, no final do século XIX, esteve relacionada a formas de exclusão social; como as políticas públicas restringiram o acesso do liberto à terra e o desenvolvimento de vias alternativas de trabalho e de vida; entre outros aspectos.

O livro aqui apresentado deve, pois, inspirar-nos. Afinal, como pontua Mattos, o período pós-emancipação no Brasil, embora tenha sido objeto de estudos recentes, ainda merece ser mais bem investigado. Questões de gênero, a história da família e suas relações com a organização do trabalho ainda pedem pesquisas aprofundadas. Do mesmo modo, torna-se cada vez mais pertinente o estudo sobre a organização do trabalho para além da fronteira que separa a escravidão do trabalho livre. Reflexões mais densas sobre a construção da idéia de raça também devem ser buscadas. Neste sentido, somente posso desejar uma boa e inspirada leitura do livro aqui apresentado.



[Trabalhador no terreiro de café]. Fazenda Cachoeira Grande, Santa Tereza, Vassouras, RJ, [entre 1948 e 1949]. (Foto de Stanley J. Stein, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP.)